

4. Considerações finais

As instalações de empresas na Baía de Sepetiba, que consolidam a área como pólos siderúrgico e portuário, retoma as discussões da insustentabilidade ambiental da Baía, tendo em vista vez que a construção de portos remobiliza os metais pesados presentes nos sedimentos, sendo motivo de diversos conflitos na área, principalmente, com pescadores artesanais.

O litoral da Baía de Sepetiba está se consolidando como pólos portuários e siderúrgicos devido às promessas de infraestrutura previstas que estão se concretizando, como o arco metropolitano, a ampliação do Porto de Itaguaí, além de investimentos do BNDES como financiamento. Nesse sentido, o planejamento para a área considerou como meta potencializar a área para a concretização desses pólos, entretanto, não considerou as fraquezas, as quais um planejamento, também, deve ter incluso. Neste caso, as fraquezas são as contaminações por metais pesados nos sedimentos do fundo da Baía de Sepetiba deixados pelos constantes vazamentos do dique da falida empresa Cia. Mercantil Ingá.

No Brasil a tradição dos gestores em executar planejamentos sem levar em consideração a importância dos diagnósticos, que é a etapa que antecede o planejamento, é comum. Para Souza (2000) que critica a prática do planejamento empresarialista (mediante parceria público/ privado) a fim de atrair novos investimentos sem considerar a participação local, a autonomia pelo viés de Castoriadis é fundamental para a elaboração do diagnóstico, que leve em consideração a participação e a discussão dos projetos pela sociedade, enaltecendo a prática democrática para a execução do planejamento.

Nesse contexto, a autonomia se considerada de fato nos diagnósticos e consequentemente nos planejamentos é um fator de prevenção à existência de conflitos, já que a capacidade dos indivíduos em refletir e realizar escolhas estariam sendo respeitadas. Entretanto, tais diagnósticos têm sido concebidos pelo viés da heteronomia, como afirma Souza (2000, p. 80), que “sabota, incessantemente, a possibilidade de uma qualidade de vida substancialmente

melhor para a maioria da população, a despeito das ilusões imbecilizantes disseminadas por uma ideologia exaltadora da modernização”.

Em nome dessa “modernização” que Souza (2000) se refere, diversas irregularidades para a instalação da TKCSA e a construção de seu porto ocorreram, como negligência à legislação e ao processo de licenciamento. A área de instalação da TKCSA está sob uma proteção no aspecto legislativo em diversas esferas do poder público. Assim, se tem como relevantes a Lei 7661, de 06/ 05/ 88, que determina a conservação de baías, enseadas, praias, costões e manguezais; o artigo 225 da Constituição Federal que classifica a zona costeira como patrimônio nacional; a Constituição Estadual no artigo 265, que determina que manguezais são áreas de Proteção Permanente; além do artigo 266, que especifica sobre a área da Baía de Sepetiba como ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Para Mauro et al.(1999) a legislação é uma ferramenta de gestão do território, se mal elaborada ou negligenciada, a gestão está condiciona ao fracasso. Nesse sentido, se entende como fracasso da gestão na Baía de Sepetiba a existência de conflitos entre empresa e pescadores artesanais, entre o Estado e os pescadores artesanais e entre os próprios pescadores artesanais que têm opiniões diferenciadas.

Pela importância da área, a qual recebeu o empreendimento o Estudo de Impacto Ambiental- EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deveriam ser mais detalhados, inclusive considerando a dimensão cultural e econômica dos pescadores artesanais. Por se tratarem de comunidades tradicionais como os pescadores artesanais em toda a Baía de Sepetiba e os quilombolas na restinga de Marambaia, seria relevante se o EIA/ RIMA fosse elaborado com a colaboração de especialistas das ciências sociais, como geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos. Todavia, cabe aqui não somente criticar a forma como foi elaborado esse documento para licenciamento, mas também, sugerir que futuros EIA/ RIMAs sejam elaborados de forma que contemple realmente o real, a fim de não cometer erros do passado para evitar futuros conflitos, deixando de ser considerado apenas o cumprimento de uma obrigatoriedade.

Fica evidente, portanto, a ausência do poder público na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que poderia estar presente nas etapas e não

somente contar com a presença na etapa final, para a aprovação. Nesse sentido, também seria relevante a participação dos atores a serem atingidos diretamente, nesse caso os pescadores artesanais. A problemática estabelecida na Baía de Sepetiba nos traz a reflexão o repensar a questão da gestão do Estado. O planejamento e a gestão são etapas que para Souza (2000) se complementam, pois a gestão é a contextualização territorial do planejamento, que para o autor deve ser descentralizado, isto é, de forma democrática, a fim de colocar em prática o que Egler (2008) chama de “política ativa”, que cria oportunidades para a sociedade civil, reduzindo as desigualdades. O pensamento sobre planejamento e gestão para Souza (2000) está na convergência da ideia de Muehe (1999) que propõe uma mudança de postura na gestão através de investimentos em pesquisas e áreas afins. Dessa forma, Muehe (1999) propõe o levantamento da riqueza dos recursos através de estudos, análises e diagnósticos, a fim de ter um “bom planejamento para uma ótima gestão”. A Baía de Sepetiba necessita constantemente de diversas pesquisas como qualidade da água e dos sedimentos, além de observar a poluição por metais pesados nos organismos vivos, como peixes, crustáceos e mariscos. A necessidade de pesquisas para a Baía de Sepetiba não se restringe à dimensão ambiental, mas deve contemplar também as dimensões cultural e econômica que dialogam com a dimensão ambiental.

É uma necessidade neste cenário a participação dos pescadores artesanais de maneira crítica nos planejamentos gerenciais do uso de recursos (pescado), que para Mitchell (1999) só ocorrerá com a presença mais efetiva da universidade, através da educação e acesso à informação, porém de forma interdisciplinar. Os pescadores artesanais precisam estar mais informados aos acontecimentos na Baía de Sepetiba, a fim de buscarem apoio para resolução de problemas. Até o final da década de 1980 o apoio e a informação sobre a Baía eram praticamente inexistentes, pois os vazamentos da Cia. Mercantil Ingá ocorreram durante décadas sem nenhuma preocupação. Alguns pescadores até sabiam dos acontecimentos, mas não havia a quem recorrer.

Na Baía de Sepetiba se formou um cenário de conflitos devido as constantes contaminações por metais pesados da Cia. Ingá Mercantil, que permanecia já acomodados no fundo, sendo remobilizados pela dragagem da

construção do porto da TKCSA. Todavia, foi a intencionalidade em transformar a área em pólos siderúrgicos e portuário, que estão explícitas na construção do arco metropolitano e ampliação do porto de Itaguaí, que fez com que empresas como a TKCSA se instalasse. As empresas estão se territorializando pela Baía de Sepetiba, a maioria com projetos de construções de portos, que demonstra que novos conflitos ainda surgirão.

A construção de portos delimita uma área de exclusão de pesca, que somado ao assoreamento do litoral da Baía, que é natural, mas também, é acrescido pelas dragagens para construção de portos, o pescador fica com uma área mínima para exercer sua atividade. Com isso, existem inusitadas propostas para a tentativa de resolver este problema, como a criação da ZEP – Zona Exclusiva de Pesca, porém essa opinião divide os pescadores da Baía de Sepetiba, como os da APAPG que discordam dessa criação, pois seria afirmar a hegemonia das empresas, além de ironicamente dizerem que os peixes precisam ser avisados a se direcionarem a essa área para serem pescados. Da mesma forma, há discordância sobre estudos em peixes, para comprovação de presença de metais pesados, pois se confirmado os pescadores perderiam compradores como os do CEASA.

As divergências de opiniões em relação aos empreendimentos, principalmente sobre a TKCSA, se acentuam após as liberações de medidas compensatórias para as instituições de pesca. Essas medidas fizeram surgir em curto prazo associações como a de Sepetiba, somente para obter benefícios, entretanto, os pescadores artesanais sabem que não há trabalho com pesca realizado por esta instituição. Os valores das medidas compensatórias fazem inclusive com que muitos pescadores artesanais abram mão do direito de exercer suas atividades, migrando para outras funções, porém muitos têm migrado forçadamente, sem receber valor algum da empresa, por simplesmente não haver melhores condições na Baía de Sepetiba, pois houve redução de pescado. Assim, há também a redução dos pescadores artesanais, que antes se estimava em 8070 em toda a Baía de Sepetiba, e atualmente, se percebem menos pescadores exercendo atividade, embora ainda não haja uma estimativa atualizada. A migração para outra atividade e/ ou lugar, bem como, o papel da mulher na renda

familiar do pescador são temas que devem ser trabalhados por pesquisadores das ciências sociais, a fim de revelar os efeitos do modelo de desenvolvimento econômico.

A força que impõe a migração dos pescadores artesanais para outras funções ou atividades é exercida pela empresa de forma intencional, pois quanto mais a classe estiver dividida maior a possibilidade de enfraquecer a resistência. Para que a resistência tenha um efeito maior e seja reconhecida, como os zapatistas no México e a comunidade negra do Pacífico colombiano, o ideal da resistência deve ser compartilhado pela maioria da classe de pescadores artesanais, pois é a consciência da luta que deve existir no grupo, fazendo com que haja o reconhecimento de cada um no outro. Nesse contexto, há o grupo de pescadores artesanais da APAPG, que mesmo diante de toda a luta tem resistido, por não abrirem mão da condição de serem pescadores, mesmo sabendo que as condições de se pescar na Baía não são as mesmas do passado. A experiência em resistir aos projetos como o da empresa japonesa JICA e a própria trajetória que deu origem a esta associação são os pilares para que esses pescadores saibam resistir até hoje.

Atualmente, a resistência contra a TKCSA ocorre como uma ideologia dos pescadores da APAPG por perceberem que a empresa está atendendo um projeto desenvolvimentista do governo estadual na Baía de Sepetiba, a qual exclui e cria desigualdades para os pescadores artesanais. Essas desigualdades geram conflitos pelos diversos olhares de diferentes grupos de pescadores, que vão se territorializar na Pedra de Guaratiba, entretanto, não é um espaço absoluto, pois há diversos integrantes desse conflito, que não estão restritos a este lugar. Entre os integrantes estão as ONGs, como o PACS e a Rosa Luxemburgo e a Fapesca, entretanto, os interesses de cada integrante algumas vezes são entraves para a resistência. Para as ONGs a resistência é um trabalho, para a captação de recursos, que não importa o foco da resistência, mas sim a existência da resistência, seja por intermédio de pescadores contra a empresa, ou por moradores que outrora apoiaram a instalação da empresa, mas atualmente são prejudicados pela emissão de poluentes da TKCSA.

Contudo, a territorialização dos conflitos em Pedra de Guaratiba se deve aos olhares diferentes dos dois grupos de pescadores artesanais, que são pertencentes a APAPG e a Colônia Z- 14. Fica evidente a posição dos pescadores artesanais da APAPG em relação a identidade, que está condicionada a condição de ser pescador, que para isso depende das condições da Baía de Sepetiba. Essa visão, contrária a da Colônia Z- 14, que apóia a TKCSA, alimenta conflitos na Pedra de Guaratiba, que vão desde agressões físicas até processos judiciais. Nesse sentido, se tem multiterritórios na Pedra de Guaratiba, que algumas vezes estão sobrepostos, outras vezes estão justapostos. Todavia, para essas multiterritorialidades na Pedra de Guaratiba não há perspectiva de acabar, pois as futuras instalações de empresas no litoral da Baía de Sepetiba são fatores que tendem a alimentar os conflitos ali existentes entre os pescadores artesanais, podendo surgir até mesmo outros, por tanto, novos trabalhos são necessários para o acompanhamento desse processo, principalmente numa visão geográfica, que tenderá a contribuir para uma crítica ao modelo de gestão do Estado, que satisfaz ao modelo de desenvolvimento econômico, que gera desigualdades sociais.